

MISSÃO E SOLIDARIEDADE **FUNDAMENTOS, CENÁRIOS, HORIZONTES**

Paulo Suess

Ao cantar que “a vida só se dá pra quem se deu” (Vinícius de Moraes), o poeta aponta para a dimensão da reciprocidade da vida que é o início da solidariedade. A responsabilidade recíproca entre cada um e a comunidade humana faz a vida desabrochar. Por isso, a prática da solidariedade encontra-se em todos os povos e grupos sociais. Ela varia entre um “fato quase natural”, como, por exemplo, a solidariedade familiar, um “dever”, como o socorro depois de um acidente, e uma “virtude”, como a prática da caridade fora de obrigações legais. A diferença está nas motivações – laços de sangue, punição pela lei ou opções de fé – que permitem uma maior ou menor abrangência da solidariedade. Na larga escala de práticas solidárias, a solidariedade dos cristãos não vai, necessariamente, mais longe do que a solidariedade praticada na base de outras religiões, crenças ou ideologias. Ela tem, porém, fundamentos teológicos próprios e horizontes específicos que permitem fazer um discernimento crítico nos diferentes cenários da vida cotidiana¹.

¹ A versão preliminar deste texto foi apresentada no dia 27.8.2004, durante o “Simpósio de solidariedade Europa Brasil” (25-28.8.2004), organizado pelo Centro Franciscano de Animação Missionária, Bonn-Alemanha (MZF), e a Família Franciscana do Brasil, Petrópolis-Brasil (FFB).

1. Fundamentos

Os fundamentos da missão, como amor que transborda, encontram-se na teologia da Santíssima Trindade. Na missão de Jesus de Nazaré que foi enviado para anunciar o ano de graça do Senhor (cf. Lc 4,18s) para toda a humanidade, esse amor está configurado como solidariedade, não mais na perspectiva da reciprocidade, mas da gratuidade. A comunidade cristã, a Igreja, foi convocada de todos os povos e enviada para continuar essa missão até os confins do mundo e do tempo. O magistério eclesial, sobretudo a partir do Concílio Vaticano II (1962-1965), fez a leitura do mistério da encarnação do Verbo como caminho histórico e escatológico de solidariedade. Assim “missão e solidariedade” são inseridas na vida cotidiana, mas não se esgotam nela. Ambas são salvíficas ao remeter às raízes mais profundas da miséria humana, à escravidão dos demônios que atravessa pessoas, comunidades e estruturas. Missão e solidariedade realizam-se num canteiro de obras onde procuram, geralmente apenas através de pobres sinais, contribuir para a reconstrução das pessoas e do mundo.

1.1. Apontamentos históricos e primeiros discernimentos

Nos meados do século XIX, o movimento operário introduziu o conceito de “solidariedade” nas discussões da questão social. Com o tempo, o termo “solidariedade” substituiu o conceito de “fraternidade” com sua carga semântica do cristianismo e da Revolução Francesa (1789). “Fraternidade”, assim parecia aos socialistas da época, teria uma conotação interclassista, incapaz de enfocar as contradições de classe e gênero, ou de articular o movimento operário internacional com suas lutas reivindicatórias. Todas as pessoas não podem tornar-se “irmãos”, assim diziam, enquanto existem classes sociais antagônicas. Numa carta de 1846, Marx fala com ironia dos “gemidos da fraternidade”². Mais tarde, em 1848, qualifica “a conversa de fraternidade” entre classes sociais opostas, como o disfarce da “guerra civil” em andamento³.

Hoje, solidariedade tem a conotação da construção ou reconstrução de uma certa simetria social, ausente desde o nascimento das pessoas ou perdida no decorrer da vida. Pessoas que nascem em países pobres ou, mesmo nascidas em regiões ricas, no entanto, de pais pobres, são desde seu nascimento desfavorecidas, se comparadas a outras que nascem em países ou de pais ricos. Mas, a solidariedade refere-se não só aos desequilíbrios materiais. Ela é holística. Não pode ser dividida numa solidariedade material e espiritual. A solidariedade abrange todo o amplo leque de fatores que configuram a qualidade de vida.

² Marx *Engels Werke*, Berlin: Dietz, 1958ss, Tomo 27, p. 63.

³ Cf. *idem*, 5,314.

Para os cristãos, a simetria ou justiça social está ligada à noção de “pessoa humana” que, por ser considerada criatura divina, feita segundo a imagem e semelhança de Deus, pressupõe uma igualdade elementar. A solidariedade, como justiça social, aponta, ao mesmo tempo, para um “dever”, para uma “colaboração voluntária” e para um “sacrifício” em benefício de outrem. Ela é um dever porque representa uma “restituição”⁴. Nem sempre as exigências da solidariedade são amparadas pelo imperativo da lei. Muitas vezes, a solidariedade é invocada lá onde os imperativos da lei estão ausentes ou mostraram-se insuficientes, e onde é necessário que a mera legalidade seja complementada pelo amor e pela justiça.

A solidariedade pode ser praticada para o bem da própria causa, como luta por justiça e igualdade dos próprios desfavorecidos, e para a causa dos outros. Os movimentos dos Sem-Terra e dos povos indígenas, por exemplo, são lutas por justiça e igualdade dos próprios desfavorecidos. A Campanha de Fraternidade da Igreja Católica (CF) no Brasil é, geralmente, uma campanha de solidariedade *com e para* os outros, como os migrantes, os afro-americanos ou os povos indígenas, ou em favor de uma causa mais ampla, como a ecológica, que poderá beneficiar a todos. Em 2005, a CF abordará o tema/lema: “Solidariedade e Paz. Felizes os que promovem a paz”⁵.

1.2. O Enviado do Pai

A reflexão teológica procurou articular a solidariedade humana com a “missão de Deus trino” que é amor (cf. 1Jo 4,8.16). Dizer “Deus é amor” significa dizer “Deus é relação”. “Transbordar”, “comunicar” e “relacionar” são características do amor. Sob a premissa de que Deus é amor e de que o ser humano é criatura divina, a revelação de Deus é uma consequência da estrutura comunicativa do amor. Esta revelação estrutural, presente, desde os primórdios da humanidade, na história de salvação, condensou-se no Verbo enviado por Deus que se fez carne entre nós.

O Enviado do Pai é caminho da humanidade para reverter a sua desintegração, causada pelo pecado. Jesus de Nazaré assumiu toda a natureza humana” (*Ad Gentes*, 3) para redimi-la. Deixou-se tocar pelo outro, o leproso, o pecador e por aqueles que sofrem. Jesus, o Deus que salva, não se torna impuro pelo contato com as pessoas consideradas impuras, mas as purifica por seu gesto, por sua presença e proximidade. A solidariedade da encarnação é diaconia. “O Filho do homem não veio para ser servido, mas para servir e

⁴ A *Relatio Ministri Generalis*, do Capítulo Geral OFM, de 2003, menciona também essa “restituição” do poder econômico acumulado como um imperativo da visão teocêntrica dos cristãos e, no caso, dos frades menores [n. 170]. *Vocavit nos Deus ut eamus per mundum*. Relatório do Ministro Geral Fr. Giacomo Bini OFM. Capítulo Geral OFM 2003. Roma: Curia Generale dei Frati Minori, 2003.

⁵ A CF de 2005 vai ser uma campanha ecumênica, orientada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC).

dar a sua vida em redenção por muitos” (Mc 10,45). Para restabelecer a igualdade, ele assume as condições assimétricas “por nós” e “por todos”.

A solidariedade de Jesus ultrapassa as fronteiras étnico-culturais, sociais e político-religiosas, no reconhecimento dos samaritanos, no contato com o leproso e na admiração da fé do centurião romano. Ele ultrapassa as convenções da reciprocidade convencional. “Ao dares uma ceia, (...) convida os pobres, os aleijados, os coxos e os cegos. Serás feliz porque eles não têm com o que te retribuir. Serás, porém, recompensado na ressurreição dos justos” (Lc 14,12s). A solidariedade aposta nas promessas da fé, não nos cálculos de custo-benefício deste mundo. A solidariedade de Jesus de Nazaré é a antecipação e a explicação do significado da dimensão salvífica de sua morte na cruz.

Ao apresentar-se a si mesmo como *pão* da vida (Jo. 6,35), *luz* do mundo (Jo 8,12) e *ressurreição* (Jo 11,25), como *bom pastor* (Jo 10,11), *porta* (Jo 10,7), *videira* (Jo 15,1) e *caminho* (Jo 14,6), no Evangelho de S. João, Jesus nos dá o significado de sua vida. As primeiras três autodenominações são sublinhadas por sinais: a multiplicação dos pães, a cura do cego e a ressurreição de Lázaro. Ao identificar-se com “pão”, “visão” e “ressurreição”, Jesus caracteriza a sua missão de solidariedade e, por conseguinte, a missão dos cristãos. Essa missão significa: intervenção nas grandes questões do mundo que são a redistribuição do pão, a cura da cegueira e o combate à morte com todas as suas ramificações para que o mundo e a vida sejam novamente para todos.

As intervenções de Jesus têm uma dimensão que se refere a pessoas concretas: a um faminto, um cego e um morto. Mas, por serem sinais, apontam também para as enfermidades estruturais da sociedade: para a apropriação do pão por poucos, para o preconceito e a intolerância frente ao outro e o olhar ideológico das elites, e para a vida mutilada e tirada antes do tempo por causa da idolatria do poder. “O último inimigo a ser destruído será a morte” (1Cor 15,28).

As outras quatro autodenominações de Jesus têm algo a ver com novas relações que fazem parte da construção de um mundo solidário. Lembram as dimensões relacionais da Santíssima Trindade que são desdobramentos do amor: o conhecimento profundo do *bom pastor*, a passagem livre pela *porta*, a união íntima – hoje diríamos a conectividade – com a *videira* e o despojamento no *caminho* para encontrar aquele que caiu nas mãos dos ladrões, o pobre, o outro e todos os que sofrem. O envio – a missão – coincide com o caminho; e o caminho é diaconia, por ordem do Pai e a serviço da humanidade.

1.3. A comunidade cristã

A missão da solidariedade, que se manifesta na pessoa de Jesus como “missão de Deus”, encontra seu desdobramento no envio dos discípulos: “Como tu me enviaste ao mundo, também eu os enviei ao mundo” (Jo 17,18). A autocompreensão de Jesus, que articula “missão” com “solidarieda-

de”, fornece o perfil da identidade cristã. Quem são os cristãos? São comunidades missionárias, Igrejas locais que têm um compromisso com a redistribuição do pão, com o reconhecimento do outro e com o combate à morte. Igreja é “congregação”, convocada dos quatro cantos do mundo, e “comunidade em missão”, enviada, igualmente, aos quatro cantos do mundo.

O apóstolo da missão, São Paulo, explica o significado da comunidade missionária e solidária. Na Carta aos Romanos (Rm 15,25s), ele usa a palavra *koinonia* com o triplice sentido de “comunidade”, “solidariedade” e “coleta”, quando escreve: “Agora vou a Jerusalém, a serviço dos santos, pois a Macedônia e a Acaia decidiram fazer comunidade/*koinonia* (uma coleta) pelos pobres dos santos”. A versão ecumênica da Bíblia (TEB) traduz: “decidiram manifestar a sua solidariedade”. “Fazer comunidade”, portanto, é sinônimo de “fazer uma coleta” e de “manifestar solidariedade”. Essa coleta pode ser considerada mais um sinal de solidariedade do que uma solução social, porque a expressão “os pobres” é uma autodenominação apocalíptica e escatológica da comunidade de Jerusalém. O essencial não era a ajuda efetiva, quer dizer, material, aos pobres, mas a comunhão afetiva com eles. O sinal era mais importante do que a solução. Ser solidário significa tornar-se *koinonos*, “comunitário”, “companheiro”, na fome real, no sofrimento, na eucaristia. E São Paulo lembra: “A nossa esperança a vosso respeito é firme: sabemos que sois companheiros (*koinonoi*) das nossas aflições, assim também o sereis da nossa consolação” (1Cor 1,7). Semelhante lembrança encontra-se na Carta aos Hebreus: “Lembra-vos, contudo, dos vossos primórdios: apenas havíeis sido iluminados, suportastes um combate doloroso. Éreis, às vezes, apresentados como espetáculo, debaixo de injúrias e tribulações, outras vezes vos tornáveis solidários (*koinonoi*) daqueles que tais coisas sofriam” (Hb 10,33).

Os solidários, os companheiros, os *koinonoi*, vivem em comunidades missionárias a caminho. São “os do caminho”. São movimento em transformação histórica e movimento a caminho da transformação definitiva. Nas transformações diárias, essa transformação definitiva ou escatológica é simbolicamente antecipada. A responsabilidade por condições que garantam a dignidade do pobre pela redistribuição dos bens e do outro, através do reconhecimento, é vivida na responsabilidade pela transformação da sociedade. O compromisso com a redistribuição do pão e a transfiguração do mundo é assumido pela comunidade missionária, simbolicamente, na celebração da Eucaristia que recorda e sustenta a presença dinâmica do amor maior e universal no meio de nós. É uma recordação perigosa que lembra que na ação solidária, na luta pela restauração da humanidade como imagem de Deus, é possível perder a própria vida.

1.4. O magistério eclesial

No ambiente eclesial, o conceito de solidariedade aparece apenas na segunda

metade do século XX. As encíclicas *Mater et Magistra* (n. 143), de 1961, e *Pacem in Terris* (n. 98), de 1963, de João XXIII, introduzem o conceito pela primeira vez em textos do magistério universal da Igreja Católica. Depois, o conceito foi consagrado pelo Concílio Vaticano II (1962-1965).

No *Decreto Sobre o Apostolado dos Leigos*, o Concílio reconhece que “o senso sempre mais amplo” de solidariedade entre os povos deve ser considerado um dos “sinais de nosso tempo”⁶. A articulação entre solidariedade e evangelização encontrou sua expressão clássica nas reflexões da Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*. O capítulo II da *Gaudium et Spes*, sobre “a comunidade humana”, termina com uma reflexão sobre “O Verbo Encarnado e a solidariedade humana”⁷. A dimensão profunda da encarnação do Verbo e da redenção da humanidade deve ser compreendida como solidariedade que supera a dicotomia entre evangelização explícita e implícita⁸. O Vaticano II aponta para a necessidade de articular o horizonte utópico com o caminho concreto quando afirma que a esperança de uma nova terra, longe de atenuar, antes deve impulsionar a solicitude pelo aperfeiçoamento desta terra. Nela cresce o Corpo da nova família humana que já pode apresentar algum esboço do novo século. Por isso, ainda que o progresso terreno deva ser cuidadosamente distinguido do aumento do Reino de Cristo, contudo é de grande interesse para o Reino de Deus (*Gaudium et Spes*, 39).

Oportunamente, logo após o Concílio Vaticano II, Paulo VI, em sua Encíclica *Populorum Progressio*, lembrou: “Combater a miséria e lutar contra a injustiça é promover não só o bem-estar mas também o progresso humano e espiritual de todos e, portanto, o bem comum da humanidade”⁹.

Nessa mesma Carta Encíclica “Sobre o desenvolvimento dos povos”, o Papa se empenha por um “desenvolvimento solidário da humanidade”¹⁰, por “uma civilização de solidariedade mundial”¹¹ e lembra que existe um “dever de solidariedade (...), tanto para as pessoas como para os povos”¹². Existe, segundo Paulo VI, uma articulação entre solidariedade, seguimento de Jesus e missão integral:

Fiel ao ensino e exemplo do seu divino Fundador, que dava como sinal da sua missão o anúncio da Boa-Nova aos pobres, a Igreja nunca descuidou a promoção humana dos povos aos quais levava a fé em Cristo. Os seus missionários construíram não só igrejas, mas também asilos e hospitais, escolas e universidades(...). A situação presente do mundo exige uma ação de conjunto a partir de uma visão clara de todos os aspectos econômicos, sociais, culturais¹³.

⁶ *Apostolicam Actuositatem*, n. 14.

⁷ *Gaudium et Spes*, n. 32.

⁸ O Vaticano II fala ainda em outros lugares da solidariedade. Cf. *Gaudium et Spes*, n. 1, 3, 4, 57, 90; *Ad Gentes*, n. 21; *Apostolicam Actuositatem*, n. 14.

⁹ *Populorum Progressio*, n. 76.

¹⁰ Toda a segunda parte da *Populorum Progressio*, de 1967, descreve esta dimensão universal da solidariedade (n. 43-80).

¹¹ *Populorum Progressio*, n. 73.

¹² *Populorum Progressio*, n. 48.

¹³ *Populorum Progressio*, n. 12.

Por ocasião do vigésimo aniversário da *Populorum Progressio*, João Paulo II, em sua Carta Encíclica *Sollicitudo Rei Socialis* (n. 39), de 1987, retoma a questão da solidariedade e afirma:

A solidariedade ajuda-nos a ver o “outro” – pessoa, povo ou nação – não como um instrumento qualquer, de que se explora, a baixo preço, a capacidade de trabalho e a resistência física, para o abandonar quando já não serve; mas sim como um nosso “semelhante”, um “auxílio” (cf. Gn 2,18.20), que há de tornar-se participante, como nós, do banquete da vida, para o qual todos os homens são igualmente convidados por Deus.

Já em 1981, no 90º aniversário da *Rerum Novarum*, em sua Encíclica Sobre o Trabalho Humano, João Paulo II tinha dedicado todo um capítulo à “Solidariedade dos homens do trabalho” (n. 8). O Papa da Polônia da *Solidarinosc* incentiva “*novos movimentos de solidariedade dos homens do trabalho e de solidariedade com os homens do trabalho*”. No empenho desta causa, diz o Papa, a Igreja cumpre a “sua missão, seu serviço e como uma comprovação de sua fidelidade a Cristo, para assim ser verdadeiramente a Igreja dos pobres”¹⁴.

2. Cenários

Na vida cotidiana, a solidariedade, como dever e virtude, realiza-se principalmente no interior e com a colaboração de um Estado, cuja razão de ser é a responsabilidade social para com todos. Esta responsabilidade e as discussões em torno de prioridades envolvem interesses e visões do mundo. Exigem, no meio de conflitos contextualizados e estruturais, consensos que superam o corporativismo de setores economicamente mais fortes. No meio destes contextos surgem questionamentos sobre os limites da solidariedade sistêmica e sobre as possibilidades reais da gratuidade na contramão cultural do mundo formatado pela lógica neoliberal de custo-benefício. Setores da Igreja que acompanham os movimentos sociais e suas lutas por justiça, são obrigados diariamente fazerem seu discernimento sobre sua presença junto aos pobres e seu envolvimento com a lógica do “mundo”.

2.1. Dessolidarização do Estado

A solidariedade diária não vive somente de virtudes nobres, como a misericórdia e a caridade, mas de uma justiça distributiva embutida na lei que rege os Estados. Ao mesmo tempo que se sabe que nem o Estado, nem a Igreja correspondem ao Reino de Deus, ambos podem ser instrumentos,

¹⁴ *Laborem Exercens*, n. 8.

cenários e aproximações do Reino. Como situar-se neste dilema entre aperfeiçoamentos sistêmicos e uma visão, em última instância, anti-sistêmica e contra-cultural? Na “vida falsa”, ao contrário do que Adorno dizia, existe uma margem, mesmo pequena, para a construção da “vida correta” e verdadeira¹⁵. O que se pode esperar das lutas pela justiça e solidariedade no interior do próprio sistema são contribuições, não para um mundo definitivamente justo, mas para um mundo cada vez *mais* justo.

Até a segunda metade do século XX, acreditava-se que o processo de transformação de hospitais de caridade em hospitais públicos e de escolas privadas em escolas do Estado seria irreversível. Esperava-se que todos os serviços essenciais de uma comunidade seriam assumidos pela comunidade política. Considerou-se esta responsabilidade um sinal da própria modernidade e uma conquista de um Estado leigo. Separado das Igrejas, pensava-se, o Estado assumiria os serviços antes prestados pelas comunidades religiosas, e conduziria a sua administração numa ética leiga e pública.

A solidariedade proclamada pela classe operária, por exemplo, era uma solidariedade além da solidariedade privada como virtude individual. A causa de crianças e velhos, enfermos e desiguais por herança ou circunstâncias particulares da vida não poderia ser entregue à sorte de círculos de caridade, a credos, às vezes, até discriminatórios, ou laços de parentesco, mas deveria ser assumida pela comunidade política como um todo. No decorrer dos anos, este socorro público tornou-se direito, previamente pago através dos impostos de cada operário. A responsabilidade solidária da comunidade dos cidadãos, portanto, pode ou podia ser cobrada nos tribunais independentes. Esta solidariedade estrutural, em tese, faz todos responsáveis por um *input* monetário numa caixa comum, segundo seus salários ou bens, e vincula o *output*, não à soma de que cada um pagou (o pobre, certamente, pagou menos), mas à sua necessidade que diferencia os “receptores”. Um idoso que está com boa saúde, certamente, recebe menos desta “caixa comum” do que um outro que ficou, desde a sua juventude, paralítico. É o princípio do Estado social e solidário.

Burocratização, centralização, funcionalismo descontrolado e corrupção acompanharam os serviços de solidariedade do Estado laical, com seu quadro de funcionários, às vezes, desprovido de uma ética de serviço. O Estado leigo vive de pressupostos éticos que ele mesmo é incapaz de produzir. O Estado “pesado”, “corrupto” e “ineficiente” produziu um certo mal-estar com as instituições e os serviços deste Estado. Os “negócios” da iniciativa privada pareciam funcionar com mais eficácia.

As estruturas de solidariedade do então chamado Estado social, com toda a precariedade de seu funcionamento, ainda uma esperança para muitos, hoje, estão sendo desmontadas, ou por privatizações que obrigam cada um

¹⁵ Cf. T. ADORNO, *Minima moralia*: Reflexões a partir da vida danificada, 2ª ed. São Paulo: Ática, 1993, p. 33 [n. 18].

a cuidar do seu futuro e de sua “sorte”, ou por reduções drásticas do próprio Estado ao “estado mínimo”. O pano de fundo das privatizações dentro do sistema mais amplo do neoliberalismo é o credo na força autorregulativa do mercado e o lucro prometido ao “vencedor”.

A passagem da responsabilidade pública para a iniciativa privada representa a passagem da solidariedade comunitária para o mercado privado e concorrencial. Se o mercado que estimula a iniciativa das pessoas, que é algo positivo em seu conjunto, é uma instituição dos vencedores e dos mais fortes, como dará prioridade àquele que perdeu a possibilidade de competir, ou por sorte, ou por incompetência ou por esperteza dos outros? A privatização de serviços essenciais do Estado representa uma dessolidarização pública.

Atrás desta evolução está não só a insensibilidade dos governantes e o lucro não socializado dos beneficiados, mas também uma mudança radical no padrão organizacional do trabalho. A mecanização, na indústria e no campo, criou um desemprego estrutural em massa. Cresce, no Brasil, a área destinada ao agronegócio, bem mecanizada, que produz a expulsão e a desigualdade pela intensa produtividade com poucas pessoas. “Ao contrário da revolução industrial que incorporou maciçamente mão-de-obra, a revolução tecnológica vem eliminando postos de trabalho. [...] Nos anos 60, a média era de 4 trabalhadores para cada autoveículo produzido. Em 2000, essa média caiu para 1,8 trabalhador por autoveículo”¹⁶. Necessita-se de cada vez menos trabalhadores para produzir mais. A revolução tecnológica criou uma situação estrutural de desemprego com uma dinâmica irreversível de diminuição do trabalho remunerado. Com esta situação, cada vez menos dinheiro entra na “caixa de solidariedade” do Estado. Por outro lado, o dinheiro está concentrando-se nas mãos de cada vez menos pessoas que fogem de sua responsabilidade social.

Várias propostas de solidariedade estão sendo discutidas. Vão desde a “partilha” do trabalho entre os que têm três empregos e os que não têm nenhum, de novas formas de tributação de lucros (Taxa Tobin), da Reforma Agrária e de uma socioeconomia solidária¹⁷. Atrás de cada uma destas propostas estão movimentos sociais e comunidades científicas que trabalham com um horizonte de reformas e/ou rupturas.

2.2. Sociedade em conflito

A “causa” dos pobres, dos outros e dos excluídos coloca a questão da solidariedade no centro de uma cadeia de grandes conflitos e lutas pela redistribuição dos bens acumulados e pelo reconhecimento dos outros e das outras em sua alteridade. Os beneficiados pelas desigualdades – os

¹⁶ CEPAT, “Trabalho: a radical mudança”, in: CNBB/Comissão Episcopal Pastoral para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz. *Mutirão por um novo Brasil*. Temas em debate. 4ª Semana Social Brasileira (2004-2006). Brasília: CNBB, 2004, p. 87-104, aqui p. 92s.

¹⁷ Cf. CEPAT, *op. cit.*, p. 99ss.

latifúndios da terra, do capital, dos meios de comunicação – estão mundialmente articulados em parcerias que visam a maximização dos lucros. No mundo globalizado, todos os conflitos pela redistribuição dos bens têm uma dimensão que ultrapassa a região e o país.

Nas “Diretrizes gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil, 2003-2006”, da CNBB, no item “3, Construir uma sociedade solidária” encontram-se relevantes dados empíricos que caracterizam os conflitos nos quais a missão da solidariedade se vê envolvida¹⁸. Diz o documento:

- A sociedade brasileira é hoje uma das mais desiguais do mundo. Nas últimas décadas, a renda do 1% mais rico se manteve igual à dos 50% mais pobres (n. 152)¹⁹.
- A desigualdade aparece especialmente entre a população branca e a negra. A renda média por pessoa da população negra é apenas 40% da renda média da população branca (n. 154).
- Graves são: o problema da concentração fundiária; o problema do desemprego, que aumentou três vezes de 1989 a 1998; o da Previdência Social; o das políticas públicas “regressivas”, que tiram dos pobres para distribuir entre os grupos sociais mais abastados. Gravíssimo é o aumento da violência e da criminalidade. A taxa de assassinatos duplicou entre 1980 e 1996 (n. 155).

Depois, as Diretrizes resumem: “Participar da construção de uma sociedade justa e solidária” constitui um dos objetivos da ação evangelizadora da Igreja no Brasil. A amplitude dos desafios a enfrentar impõe-nos distinguir três linhas de ação que se completam mutuamente:

- iniciativas e práticas solidárias;
- reivindicação de políticas públicas;
- participação política e reflexões prospectivas” (n. 156).

Na atuação concreta da solidariedade, na opção pelos pobres/outros e na definição de prioridades daí decorrentes, mesclam-se, muitas vezes, três tipos diferentes de solidariedade: a *solidariedade samaritana*, a *solidariedade institucional* e a *solidariedade profética*.

A solidariedade samaritana, que pode ser individual ou coletiva, atua mais na base do sinal e da solução imediata. Nem por isso é paternalista. Os sinais, geralmente, são mais abrangentes do que os casuísmos caritativos.

¹⁸ *Diretrizes gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil 2003-2004*. Documentos da CNBB, n. 71, São Paulo: Paulinas, 2003, p. 93-118.

¹⁹ A descrição da situação social de 1931, descrita por Pio XI, em sua Carta Encíclica *Quadragesimo Anno*, parece ser de hoje: “Enquanto as grandes fortunas se acumulam nas mãos de poucos ricos, para provar à evidência que as riquezas, produzidas em tanta abundância neste nosso século de industrialismo, não estão bem distribuídas pelas diversas classes da sociedade” (n. 60).

Os sinais-milagres de Jesus operavam neste nível. Além de curar uma pessoa concreta tiveram e ainda hoje, têm um significado que vai muito além do caso específico.

A solidariedade institucional é organizada ou pelo próprio Estado ou por movimentos, ONGs, instituições humanitárias, cujo objetivo gira em torno de uma causa universal de direitos humanos de todos ou, de um grupo específico (mulheres, negros, indígenas, crianças) ou de uma necessidade emergencial (enchentes, seca, tempestades). Esta solidariedade operacional e institucionalmente estruturada vai sempre além de um ou outro caso individual.

A solidariedade profética denuncia as causas e os causadores das assimetrias sociais; ao mesmo tempo, forja um horizonte de sentido e de um outro mundo possível. A desolidarização do neoliberalismo globalizado exige uma solidariedade profética universal que se rebela não só contra a condição humana, mas contra a condição histórica da humanidade. Os cristãos não devem ser remendados novos em panos velhos, mas areia na máquina da opressão histórica.

2.3. No mundo, sem ser do mundo

A organização da solidariedade obriga a entrar no mundo sistêmico que oferece seus padrões de eficácia e eficiência. Nesta inserção, o próprio serviço de solidariedade corre o risco de ser contaminado pelos vícios que procura sanar. Como operacionalizar as propostas do Reino em contextos concretos, sem deixá-los cooptar por pressões locais e individuais de adaptação ou assimilação ao mundo? Se, por um lado, para a organização da solidariedade não vale a normatividade de uma suposta “qualidade total” por ser concorrencial e eliminatória, por outro lado, também a solidariedade, quando entra num nível mais prático, precisa ser avaliada segundo normas previamente estabelecidas. São pessoas concretas que conduzem os processos de solidariedade e que podem confundir a “excelência do pobre” com a “qualidade total” do mercado. O vínculo estreito entre custo e benefício obriga, muitas vezes, negligenciar a correspondência entre meios e fins.

Existe uma certa dificuldade objetiva de articular gratuidade com finalidade. Uns dizem que gratuidade é paternalismo, outros acham que a finalidade visa o sucesso e o triunfo do bem sobre o mal. Como navegar entre paternalismo, prosperidade e triunfo final antecipado? Fins, objetivos, metas, o olhar para a chegada, muitas vezes, turvam a transparência da gratuidade nas lutas concretas.

Como a missão do Verbo que se encarnou era, ao mesmo tempo, um sinal de gratuidade e um sinal de finalidade, assim também a missão da solidariedade dirige-se com gratuidade para o bem de grupos sociais desfavorecidos. Para os pobres, a solidariedade é gratuita. Para os demais, tem o “preço” de um sacrifício, do despojamento e da *kenosis*. Também a gratuidade do amor maior que é a doação da vida tem um ponto de chegada. O amor maior é ético. Sua finalidade e finalização, porém, são

obra da graça, não daquela “graça barata” que Lutero e Bonhoeffer denunciaram, mas da graça que resplandece nas chagas do crucificado. Ao indicativo da graça recebida e da situação salvífica, basicamente, decidida, corresponde sempre o imperativo da colaboração com ela e da possibilidade de uma vida que, literalmente, perdeu toda graça. Neste entre-caminho entre indicativo e imperativo salvíficos, está o sentido da missão. Se todos fossem salvos, sem mais nem menos (“graça barata”), a missão não teria sentido. Se tudo dependesse da missão, a graça seria um mero enfeite e todas as outras religiões seriam caminhos ordinários de perdição.

O “setor social” da Igreja é expressão do amor de Deus que transborda, não de proselitismo ou de *marketing*. A finalidade da missão não é conseguir um lugar no céu para os missionários, nem a conversão de toda a humanidade à Igreja Católica. A contagem dos que ainda não são católicos, como estímulo para a missão solidária, tem algo irritante e “comercial”. Essas finalidades – ganhar o céu para si, forçar a conversão pelo *marketing* bondoso e melhorar a percentagem católica no mundo – são incompatíveis com a gratuidade e relevância da missão solidária.

A finalidade da missão solidária, mantida rigorosamente a sua gratuidade, é a recapitulação da humanidade no projeto de Cristo que é o Reino de Deus. A Igreja é “sacramento”, “sinal” e “instrumento” desta recapitulação e da “unidade de todo o gênero humano”²⁰. Como os “sinais de Deus no tempo” não estão limitados ao espaço interno da Igreja Católica, assim também o projeto de Deus é mais amplo que qualquer uma das Igrejas. Nenhuma delas tem toda a responsabilidade pelo projeto de Deus no mundo. Somente assim a missão solidária pode ser assumida sem tendências depressivas, por causa da insuficiência intrínseca de cada projeto humano, ou autoritárias, por causa da falsa meta de totalidade. A presença da Igreja no mundo é caracterizada pela “representação simbólica”, não pela “realização quantitativa”. O sinal é a antecipação daquilo que significa, sem ser a sua realização.

A partir do otimismo fundamental do cristianismo que tem sua raiz na promessa da ressurreição dos mortos e na presença do Reino no aqui e agora, toda ação solidária parte do pressuposto de que no meio da “vida danificada” é possível viver momentos e elementos da vida em sua integralidade. Na “vida falsa”, ao contrário que Adorno dizia, existe uma margem, mesmo pequena, para a construção da “vida correta” e verdadeira²¹. O que se pode esperar das lutas pela justiça e solidariedade no interior do próprio sistema são contribuições, não para um mundo definitivamente justo, mas para um mundo cada vez *mais* justo. E essa construção de um mundo cada vez mais justo ou menos injusto tem urgência. O sofrimento do pobre não permite perder tempo, “pois o amor de Cristo nos compele” (2Cor 5,14).

²⁰ *Lumen Gentium*, 1.

²¹ Cf. T. ADORNO, *op. cit.*, p. 33 [n. 18].

3. *Horizontes*

A solidariedade é como um rito de iniciação²². A partir da menoridade e desigualdade sistêmicas, abre portas para a vida adulta com perspectivas de igualdade. Fazem parte desse rito de iniciação momentos de reclusão, purificação e passagem para uma nova realidade. No contexto da solidariedade interessa, sobretudo, a saída da reclusão e a “passagem” para um mundo adulto, onde a solidariedade extraordinária se torna responsabilidade diária. Esta passagem pode ser interpretada como ruptura, em função de um sonho e de uma utopia. A solidariedade favorece a ruptura com a situação de manutenção da desigualdade que não é uma situação privada, mas pública; portanto, política. Ao sustentar a utopia dos pobres e dos outros, a solidariedade é subversiva e perigosa.

3.1. *Ruptura e utopia*

Se definirmos a situação que priva os pobres de pão, teto e futuro como “situação irracional”, então a razão está com os pobres. No mundo novo, pelo qual lutam, coincidem razão e felicidade. Este mundo novo que questiona privilégios e privilegiados do seu respectivo tempo, e propõe rupturas, é perseguido antes de nascer. Thomas Morus (1478-1535)²³, Francis Bacon (1561-1626), Tommaso Campanella (1568-1639) que eram teóricos de um mundo novo, foram condenados e perseguidos por causa dos seus escritos, mesmo antes de iniciar qualquer ação política. Mas parece haver uma correnteza subterrânea do pensamento utópico que atravessa com nomes diferentes, perigosamente, os séculos.

Por ser um instrumento da esperança sem limites, a solidariedade tem um parentesco profundo com a utopia. A solidariedade rompe com a lógica da acumulação e com os cálculos de custo-benefício; rompe com o “eficientismo” da cultura moderna; rompe com a “cultura dos resultados e do sucesso” em benefício do testemunho e da silenciosa proclamação do Reino de Deus²⁴. A solidariedade rompe com a racionalidade de troca e instaura a inteligência do amor; recusa-se a parcerias rentáveis e articula alianças com pobres e excluídos; rompe com a lógica da convenção do “culturalmente correto”; opta contra a concorrência, em favor da gratuidade; não apóia medidas que reforçam a dependência e busca saída para iniciativas próprias. A solidariedade denuncia a situação de acumulação. Ela é praticada não a partir do supérfluo, mas a partir da penúria. Ela aponta para a partilha. Na lógica da partilha, o pão é para todos. O pão partilhado não acaba. O encontro no caminho se dá na partilha da palavra e do pão,

²² Os ritos de iniciação dos povos indígenas introduzem os adolescentes à vida adulta. Iniciar, do latim *initiari*, significa, neste contexto, abrir a porta da vida plena.

²³ T. MORUS, *A utopia*. Rio de Janeiro: Ediouro, s.d.

²⁴ Cf. *Relatio Ministri Generalis*, op. cit., n. 170.

do espaço e do tempo, dos dons que se têm e dos bens que a vida proporcionou. A missão da solidariedade rompe com a reclusão pré-pentecostal que pode ser geográfica e psicológica. Ela rompe com a regressão infantil, muitas vezes enfeitada como fidelidade à tradição ou obediência, rompe com o medo da liberdade e da alteridade, rompe com o desejo mimético que corre atrás de modas e mercados.

Mas a solidariedade não é só ruptura. Ela é também resposta àquela antiga pergunta: Onde está o teu irmão? A missão da solidariedade faz-se presente nos lugares da fraternidade perdida e da imagem de Deus desfigurada. A solidariedade como inculturação contextual e libertação universal configura-se como “costura”, “caminho”, “ponte” e “partilha” frente a rupturas soteriológicas com seu desdobramento social, econômico, político, ideológico, psicológico e religioso. Na força do pão partilhado está a possibilidade do caminhar “apaixonado por Deus”, como o profeta Elias, “quarenta dias e quarenta noites” (1Rs 19), até à montanha de Deus, o Horeb, até o Sinai, o Tabor e o Calvário.

3.2. *Responsabilidade universal*

A partir da fé cristã, o horizonte da solidariedade é universal, incompatível com uma libertação provincial ou uma salvação privilegiada para alguns. Os cristãos não têm o estatuto de uma “classe redentora” ou de um “povo eleito” para si. A salvação cristã realiza-se para os outros e através dos outros que caíram nas mãos do ladrão. A mediação da libertação/salvação acontece através das *vítimas* do sistema, não através dos *puros* nas Igrejas. Sem articulação universal com o outro-vítima tampouco há salvação.

A opção pelos pobres/outros e as prioridades que emergem desta opção fazem parte da universalidade. A caminhada que se tornou movimento, com horizonte e responsabilidade universal, protege contra as infiltrações sutis do aburguesamento, da burocratização e das paradas no meio do caminho. Não existe franquia de solidariedade. As siglas – OFM, Cimi, CPT, CNBB, MST – não garantem nada; não garantem o encontro que transforma *identidade, propriedade e sensibilidade*. O permanente êxodo – a saída emancipatória sem retorno à terra escravizada – e o exílio obrigam, através da experiência do estranho e do contraditório na terra estranha, a redefinir o próprio, a desconstruir e reconstruir a identidade. A solidariedade abre as portas para a intervenção dos outros e dos pobres na gerência da vida e da propriedade, na configuração do lazer e da fé. Em seu conjunto, os pobres, os outros e os sofredores desafiam a “formalidade” da fé cristã e forjam a passagem do “livro” (Bíblia) e das “fórmulas” para a vida.

A solidariedade é auto-implicativa. Ser pessoa humana é só possível em comunidade com outras pessoas, cuja vulnerabilidade forja responsabilidade. Emmanuel Lévinas constrói uma estreita vinculação entre sensibilidade, res-

ponsabilidade e solidariedade: “Sofrer pelo outro é ser responsável por ele, suportá-lo, estar em seu lugar, consumir-se por ele. (...) Desde a sensibilidade, o sujeito é para o outro: substituição, responsabilidade, expiação”²⁵.

A solidariedade transforma os *koinonos e companheiros* em *aliados* de uma causa. Pela universalidade compreendida como articulação em rede e como responsabilidade para o bem comum de todos, inclusive das futuras gerações, o “projeto” de cada um e de grupos sociais torna-se “causa” de um mundo para todos. A “causa” indica que os destinatários de solidariedade (“opção pelos pobres”) são também protagonistas (“opção dos pobres”) de solidariedade.

3.3. *Esperança rebelde*

A solidariedade é geradora de esperança e paz. “A paz é fruto da solidariedade”²⁶, dizia João Paulo II, faz tempo. A esperança está na presença, quando a hora é de abandono, na compaixão contra a frieza da razão instrumental. Jesus não salva graças à sua onipotência, mas graças à sua compaixão, ao seu sofrimento, seu abandono e sua morte. Ao anunciar o Reino, a presença missionária produz sinais de justiça e imagens de esperança. Neste anúncio está seu núcleo anti-sistêmico. A missão da solidariedade replanta os sonhos dos povos indígenas e dos pobres crucificados nas rachaduras do sistema. A experiência pascal ilumina a caminhada dos peregrinos que chegam dos vales de resistência e morte. Experiência pascal significa contestação da morte do justo. Verdadeira justiça é sempre justiça da ressurreição. A iluminação pascal da caminhada muda a visão dos peregrinos. Ao mudar a visão, desestrutura lógicas convencionais e transforma a realidade.

A solidariedade é militante e festiva, porque marca presença na vida dos pobres. Está marcada pela alegria de poder participar da construção do mundo novo. A colaboração na organização da esperança dos pobres, arrancando do latifúndio e do capital pedaço por pedaço dos seus territórios indevidamente apropriados, dá sentido à vida dos cristãos e razão à sua esperança.

Participar da luta significa também participar da luta em função da festa que é a socialização da “divina abundância”. Na alegria da vida cotidiana dos pobres está a força de sua resistência. Nas canções, na poesia e na arte, nas celebrações, nas conversas em torno da fogueira e nas orações, os “vencidos” levantam-se, reconstroem seu passado e seus sonhos; os que morreram sem voz, os mártires conhecidos e desconhecidos, recebem voz

²⁵ E. LÉVINAS, *Humanismo do outro homem*. Petrópolis: Vozes, 1993, p. 119s.

²⁶ *Sollicitudo Rei Socialis*, n. 39.

própria; tornam-se comunidade dos santos, ancestrais que orientam o futuro e fazem lembrar o passado. Os pobres/outros resistem em suas festas contra a “inserção no mercado” e integram em suas lutas uma *solidariedade memorial*. As lutas e as festas dos movimentos sociais são instâncias críticas frente à sociedade de consumo privilegiado, de acumulação e de falhas graves de memória.

Neste tempo das incertezas, há uma troca de energias entre missão solidária e entre fé, esperança e amor. A fé nos é dada por causa dos desacreditados, a esperança, por causa dos desesperados e o amor por causa dos desprezados. Nas incertezas e desesperos de cada dia ficaram-nos algumas certezas: estamos sempre começando; no luto e na vitória, a luta continua; sabemos que podemos ser interrompidos antes do tempo, mas valeu a pena lutar.

Façamos das pedras, caminho; das perdas, memória; da dor, oportunidades; do medo, arado! A solidariedade sustenta a paixão pelo impossível, a esperança rebelde na justiça da ressurreição e a utopia do Reino que é de cada dia.

Paulo Suess nasceu em Colônia (Alemanha) em 1938 e estudou nas Universidades de Munique, Lovaina e Münster, onde se doutorou em Teologia Fundamental. Trabalhou na Amazônia e, a partir de 1979, exerceu o cargo de Secretário Geral do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e entre 2000 e 2004 era presidente da Associação Internacional de Missiologia (IAMS). Atualmente é assessor teológico do CIMI. Suas publicações: *Catolicismo Popular no Brasil*, São Paulo: Loyola, 1979; *A Causa Indígena na Caminhada e Proposta do CIM: 1972-1989*, Petrópolis: Vozes, 1989; *A Conquista Espiritual da América Espanhola*, Petrópolis: Vozes, 1992 (Quito: Abya Yala, 2002); *Evangelizar a partir dos Projetos Históricos dos Outros*, São Paulo: Paulus, 1995 (Quito: Abya Yala, 1996).

Endereço: Caixa Postal 46-023
04045-970 São Paulo – SP
e-mail: suess@uol.com